

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.066 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2000

**Comissão do  
salário mínimo  
começa série  
de audiências**

PÁGINA 4

## CAE aprecia hoje proposta que impõe responsabilidade fiscal

Projeto na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos prevê controle do endividamento e das despesas do governo, com punição para os maus administradores públicos

### CE examina regulamentação da atividade de acupuntura



Geraldo Althoff apresentou substitutivo à proposta da Câmara

Projeto de lei que regulamenta o exercício profissional da acupuntura está na pauta da Comissão de Educação do Senado, que se reúne hoje, a partir das 11h30. O relator, senador Geraldo Althoff, deu parecer favorável à proposta, na forma de um substitutivo que está apresentando.



PÁGINA 3



Jefferson Péres recomenda à Comissão de Assuntos Econômicos a aprovação do projeto com apenas três emendas de redação

A Comissão de Assuntos Econômicos deve votar hoje, a partir das 10h, parecer do senador Jefferson Péres favorável ao projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. O relator recomenda a aprovação da proposta de lei complementar com apenas três emendas de redação. Ele rejeitou alterações capazes de comprometer a essência da matéria, já aprovada pela Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

### Plenário vota projeto que reduz riscos em operações financeiras

PÁGINA 2



### SENADORES OUVEM NO RIO DEPOIMENTOS SOBRE DESASTRE ECOLÓGICO

Incumbida de apurar casos de poluição ambiental, a subcomissão da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, formada por cinco senadores, começou ontem, no Rio de Janeiro, a ouvir diversos depoimentos sobre o vazamento de óleo na baía de Guanabara (foto). Os senadores deverão seguir hoje para o Espírito Santo.

PÁGINA 4

A subcomissão, integrada pelos senadores Geraldo Lessa, Gerson Camata, Mauro Miranda, Arlindo Porto e Geraldo Cândido, inicia hoje apuração do derramamento de óleo na baía de Guanabara



Projeto foi elaborado a partir das conclusões da CPI do Sistema Financeiro, que funcionou no Senado entre março e novembro do ano passado

# Senado discute formas de evitar riscos financeiros

Projeto que deve ser votado hoje reduz possibilidade de perda dos bancos na concessão de empréstimos

O Senado delibera hoje sobre projeto que obriga as instituições financeiras a serem mais precisas nas informações prestadas ao Sistema Central de Riscos de Crédito do Banco Central a respeito das operações que realizam. Elaborado pela CPI dos Bancos, o projeto visa instrumentalizar melhor um sistema que já funciona no Banco Central, mas não dispõe ainda de legislação que o regulamente. Com essa iniciativa, a CPI quis reduzir o risco que correm o BC e as demais instituições financeiras no momento de conceder empréstimos a clientes dos quais não se conhece a real situação econômica.

A proposta define que, a critério do BC, outras instituições, além das financeiras, como as empresas públicas ou privadas, poderão ser solicitadas a informar seus dados. Também os empréstimos e operações financeiras do cidadão comum poderão ser monitorados pelo BC, pois o projeto estabelece que a Secretaria da Receita Federal irá liberar para o BC os dados cadastrais de seus contribuintes — pessoas físicas ou jurídicas.

Na mesma sessão, os senadores deliberam sobre duas emendas da Câmara a projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que restringe a venda de esteróides anabolizantes, compostos químicos capazes de exercer funções bioquímicas no organismo, com danosos efeitos colaterais. A proposta determina que a venda dessas substâncias para uso humano ficará restrita à apresentação e retenção, pela farmácia, da receita emitida por médico ou dentista devidamente registrados nos respectivos conselhos profissionais.

O projeto foi aprovado em decisão terminativa da CAS, tendo sido enviado à deliberação da Câmara, de onde agora retorna aprovado, mas com duas emendas. As emendas eliminam o artigo que determinava ao Poder Executivo regulamentar a lei em 60 dias e o artigo destinado a revogar disposições em contrário. Relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) manifestou-se favoravelmente às emendas, entendendo que elas aprimoram o texto.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2000

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

12h — Recebe o ministro Wagner Pimenta, presidente do TST  
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Emendas da Câmara ao PLS nº 64/96, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes; PLS nº 683/99 (votação nominal), que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central do Brasil, para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e PLS nº 420/99, que inclui, no currículo do ensino médio, a disciplina Cidadania, Direitos e Garantias Individuais, e adota providências correlatas.

### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Ofício "S" nº 3/2000, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Santos (SP) para contratar operação de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros, administrado pela Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 12,021 milhões, a preços de 31.07.99; Mensagem nº 82/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de crédito externo, no valor de até 548,3 mil euros, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinado ao financiamento da parcela à vista de 15% do contrato comercial para importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa GUNT Gerätebau GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; PLC nº 04/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; PLS nº 676/99, que altera a Lei nº 9.496/97, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais; PLS nº 396/99, que destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizado pelo poder público, aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos; e PLS nº 455/99, que altera dispositivos da Lei nº 7.713/88, e da Lei nº 9.250/95, que dispõem sobre Imposto sobre a Renda.

17h — Exposição do diretor do Banco Central do Brasil, Sérgio da Silva Alves, visando a instrução da tramitação do PLS nº 282/99 — complementar, que dispõe sobre a instituição da conta-pagamento padrão, isenta de tarifas bancárias. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 320/99, que denomina Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos o novo aeroporto na cidade de Rio Branco (AC); PLC nº 67/95, que regulamenta o exercício profissional da acupuntura; PDLs que aprovam o ato que renova a concessão e outorga permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora; e requerimento dos senadores Geraldo Cândido e Heloisa Helena, solicitando a realização de uma audiência pública para avaliar os impactos sobre a educação do acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

15h — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 1972-11, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante.  
Pauta: discussão da matéria. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

17h — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2019, que dispõe sobre o salário mínimo em vigor a partir de 3 de abril de 2000.  
Pauta: audiência pública com o deputado Eduardo Paes. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Aviso nº 37/99, encaminha ao Senado, em caráter sigiloso, cópia da Decisão nº 795/99, adotada pelo Tribunal de Contas da União, na sessão extraordinária, reservada do Plenário de 3.11.99, e os respectivos relatórios e voto que a fundamentam (TC nº 928.510/98-0); PDL nº 38/2000, que aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e do Peru sobre a cooperação entre as academias diplomáticas de ambos os países; PLS nº 430/99, que determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações agropecuárias; e PDL nº 43/2000, que aprova o texto da convenção sobre o combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: análise do relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período de 1996 a 1998; e requerimento do deputado João Caser, solicitando a criação de subcomissão destinada a reformular e propor

alterações à Resolução nº 2/95, do Congresso Nacional, com vistas a incorporar às normas pertinentes as modificações necessárias à dinâmica atual do processo orçamentário. Plenário nº 02 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II)

### ESPECIAL

Comissão de Infra-Estrutura

Os senadores da subcomissão encarregada de investigar o vazamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias, da Petrobras, na baía da Guanabara, encontram-se em visita às localidades atingidas pelo acidente.

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação nominal do PLS nº 684, altera o art. 12 da Lei nº 4.595/64 que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional; Requerimento nº 105/2000, do senador Romero Jucá, solicitando a retirada do PLS nº 551/99, de sua autoria; e Requerimento nº 118/2000, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 55/2000, com os de nº 63, 97 e 159, de 1999, que já se encontram apensados ao 453/99, por versarem sobre a mesma matéria.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da PEC nº 90/99, que altera a redação do artigo 100 da Constituição federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios); PLS nº 685/99, altera os arts. 6º e 7º da Lei 9.069/95 que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real; Requerimento nº 107/2000, do senador Bernardo Cabral, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 602 e 571, de 1999, por versarem sobre a mesma matéria; e Requerimento nº 119/2000, da senadora Heloisa Helena, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 77/97, com o PLS nº 618/99, por versarem sobre a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

9h30 — Comissão Mista destinada aos Fundos Constitucionais

Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

9h30 — Subcomissão de Rádio e Televisão

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Ala Alexandre Costa - Sala 19

10h e 17h — Comissão Mista do Salário Mínimo

Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

Quinta-feira

10h — Comissão Mista do Salário Mínimo

Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

### ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: O Descobrimto do Brasil, de Humberto Mauro. Auditório Patrônio Portella

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CAE vota a Lei de Responsabilidade Fiscal

Considerada uma “importante inovação estrutural para a administração pública”, proposta tem parecer favorável na Comissão de Assuntos Econômicos, cujo relator, Jefferson Péres, rejeitou emendas ao texto da Câmara dos Deputados

O relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) favorável ao projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal será votado hoje em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com início previsto para as 10h. Na última reunião, depois de apresentado o voto de Jefferson, o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), concedeu uma semana para que os integrantes da comissão examinassem a proposta.

O relator sugere a aprovação do projeto de lei complementar, já acolhido pelos deputados, com apenas três emendas de redação. A exemplo do que ocorreu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que analisou a constitucionalidade da matéria, Jefferson rejeitou as emendas oferecidas ao texto da Câmara. Depois da CAE, a proposta segue para o Plenário e, caso aprovada, vai à sanção presidencial.

Em seu relatório, Jefferson Péres considera a medida “uma importante inovação estrutural para a administração pública, dela de-



Jefferson prevê a consolidação de um novo regime fiscal no país, necessário à estabilidade

sendo resultar a consolidação de um novo regime fiscal no país, necessário à estabilização dos preços e ao desenvolvimento sustentável da economia”.

Esse novo regime, segundo o relator, implica a instituição de mecanismos de controle do endividamento e despesas públicas, com a adoção de normas que prevêm, inclusive, punições aos maus administradores.

– As normas do projeto estão

desenhadas no sentido de garantir a produção de resultados fiscais mais favoráveis ou positivos, estimulando o gradual crescimento do patrimônio líquido estatal, a redução do endividamento, o equilíbrio do fluxo de caixa e a diminuição do ímpeto de criação de encargos para o Estado – afirma Jefferson.

Apesar dos elogios à iniciativa do Executivo, o relator aponta falhas no projeto, que na sua opinião poderia ser mais abrangente e completo, pois a proposta “tão-somente proporciona alguns bons instrumentos para a condução da política fiscal”. Mas, ressaltou, estratégias, metas, restrições e limites para a administração “não esgotam o arsenal de medidas necessárias à gestão da coisa pública”.

Ainda assim, Jefferson Péres decidiu não oferecer emendas alterando o mérito da proposta, o que levaria o projeto de volta à Câmara e atrasaria sua implementação. “Essa discussão não deverá encerrar com a aprovação do projeto, visto que muitos dos temas ainda carecem de tratamento pertinente”, afirma.

## Senadores apreciam limite maior de isenção do IR para aposentados

Entre os seis itens de sua pauta, a Comissão de Assuntos Econômicos examina na reunião de hoje, a partir das 10h, projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que amplia de R\$ 900 para R\$ 1.800 o limite de isenção mensal do Imposto de Renda para aposentados acima de 65 anos. Para o autor da proposta, é hora de reajustar esse valor, que está há anos sem correção. O relator da matéria, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), concorda com o projeto, que será votado em caráter terminativo na comissão.

A proposta de Lobão também beneficia trabalhadores e aposentados que vivem exclusivamente do rendimento assalariado ou das aposentadorias. O projeto dispensa essas pessoas da declaração de rendimentos anuais junto à Receita, pois parte do princípio de que o desconto na fonte, feito “em bases correntes”, não altera a declaração anual.

Outro projeto de Lobão, também com votação terminativa na CAE, pretende destinar os prêmios de loterias da Caixa Econômica Fede-



A CAE promove audiência pública para discutir tarifa bancária

ral não resgatados aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB).

Na reunião da comissão, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), será examinado ainda um pedido de empréstimo, no valor de 548 milhões de euros, destinado ao pagamento de importação de bens e serviços do programa de modernização das universidades federais e hospitais universitários. O empréstimo é do banco alemão KfW à União.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às 17h, a CAE realiza audiência pública com o diretor de Normas e

Organização do Banco Central, Sérgio Darcy Alves, para esclarecer aspectos do projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que institui a Conta-Pagamento Padrão, isenta de tarifas bancárias. A intenção do senador é evitar a redução do salário do trabalhador devido ao pagamento compulsório dessas tarifas.

A proposta de Cândido obteve parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador Bello Parga (PFL-MA) apresentou, porém, voto em separado pedindo a rejeição do projeto, pois, na sua opinião, já existem mecanismos legais que asseguram os benefícios sugeridos por Geraldo Cândido aos trabalhadores.

## CE examina regulamentação profissional da acupuntura

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, às 11h30, para apreciar projeto da Câmara que regulamenta o exercício profissional da acupuntura. O relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), é favorável à aprovação, mas na forma de um substitutivo que oferece. Entre as altera-



Geraldo Althoff apresentou substitutivo ao projeto da Câmara sobre acupuntura

ções que o senador propõe, está a que restringe aos médicos, odontólogos, veterinários e aos praticantes de acupuntura com exercício profissional de, no mínimo, três anos a possibilidade de exercer a atividade de acupuntor.

O projeto inicial da Câmara estabelece que todos os profissionais da área de saúde, com nível superior, possuidores de diploma ou título de especialista em acupuntura, os portadores de certificado de conclusão de curso em acupuntura, com duração mínima de três anos, e mais os técnicos em acupuntura formados por escolas ou associações de classe de acupuntura possam exercer profissional-

mente a acupuntura.

Serão analisados também o projeto do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que propõe a mudança do nome do aeroporto de Rio Branco (AC) para Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos e requerimento dos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Heloísa Helena (PT-AL) solici-

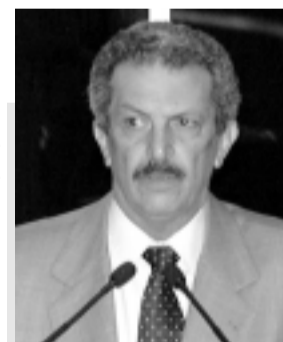
tando a realização de audiência pública para avaliar os impactos sobre a educação do acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1998.

Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a CE examina ainda as votações dos projetos que renovam as concessões para explorar os serviços radiofônicos em ondas médias da Rádio Emissora Vanguarda, em Sorocaba (SP), Rádio Jequitibá, em Campinas (SP), Rádio Clube de Itapeva, na cidade de Itapeva (SP), e as permissões para exploração dos mesmos serviços em frequência modulada (FM) para a prefeitura municipal de São José do Rio Preto (SP) e a Rádio Difusora RHEMA, na cidade de Granada (SP).

## Financiamento a estudante volta a ser analisado hoje

A medida provisória que institui o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) volta a ser discutida hoje, a partir das 15h, na comissão mista especial criada para analisá-la. A comissão é presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e o relator da matéria é o deputado Osvaldo Bicolchi (PTB-RS).

O Fies foi criado em maio do ano passado para substituir o antigo Crédito Educativo e utiliza nova fórmula de empréstimo que permite aos estudantes universitários financiarem até 70% do valor das mensalidades. O Fies só pode ser utilizado em universidades que estejam ca-



Romeu Tuma é o presidente da comissão mista especial

dastradas no Ministério da Educação (MEC) e cujos cursos tenham obtido avaliação positiva no Exame Nacional de Cursos (Provão).

O candidato ao empréstimo precisa atender aos critérios estabelecidos pela medida provisória. Serão avaliadas a renda familiar, se ele possui moradia própria, se já formou-se em curso superior, se há gastos na família com portadores de doenças crônicas ou se já existem outros beneficiários deste financiamento na família. Os estudantes que apresentarem condições financeiras mais desfavoráveis, dentro desses critérios, terão preferência.

sui moradia própria, se já formou-se em curso superior, se há gastos na família com portadores de doenças crônicas ou se já existem outros beneficiários deste financiamento na família. Os estudantes que apresentarem condições financeiras mais desfavoráveis, dentro desses critérios, terão preferência.

# Parlamentares debatem fontes alternativas para elevar mínimo

Deputado que relatou o assunto em grupo de estudos criado pela Câmara depõe hoje na comissão mista incumbida de examinar a medida provisória que fixou o salário em R\$ 151

A comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que elevou o salário mínimo para R\$ 151 ouve hoje, às 17h, o deputado Eduardo Paes (PTB-RJ), relator da comissão da Câmara que estudou o assunto e propôs várias fontes de recursos para bancar um reajuste mais elevado para o mínimo.

Presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), a comissão da MP do mínimo decidiu ouvir Paes para continuar os trabalhos da Câmara. O documento final dos deputados indica que o impacto inflacionário de um salário mínimo de R\$ 177 seria irrisório. Com um reajuste de 30,15% (de R\$ 136 para R\$ 177), os custos com mão-de-obra no mercado formal aumentariam 1,4%.

Os deputados que analisaram o assunto concluíram que, se o mínimo subir para R\$ 177, como quer o PFL, os gastos do governo com be-



A comissão da medida provisória do salário mínimo foi instalada em reunião realizada na semana passada

nefícios previdenciários (aposentadorias, seguro-desemprego e outros) somarão R\$ 6,8 bilhões por ano. Se o mínimo for para R\$ 155, os gastos do Executivo ficarão em R\$ 2,4 bilhões por ano.

Segundo o relatório da comissão da Câmara, 4,4 milhões de brasileiros têm carteira assinada com o salário mínimo. Além deles, há os 12,4

milhões de aposentados e pensionistas da Previdência que recebem salário mínimo.

Os deputados concordam com a alegação do governo de que muitas prefeituras não suportariam um aumento maior para o mínimo, mas concluíram que se trata de um problema localizado na região Nordeste, onde 37% dos assalariados dos

municípios ganham o salário mínimo. As finanças dos estados, no entanto, não seriam tão afetadas, pois apenas 1,8% dos seus servidores recebem o menor salário legal.

Sete fontes de recursos, que poderiam render R\$ 4,8 bilhões neste ano e R\$ 8 bilhões em 2001, foram propostas pela comissão da Câmara para bancar o aumento do mínimo para R\$ 177. São elas: proibição para as empresas deduzirem juros do capital próprio; o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que facilita o pagamento de dívidas com o Executivo; o dinheiro que deixará de ser usado para pagar precatórios neste ano (serão pagos em dez anos); o Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza; parte do dinheiro do chamado "Sistema S" (Senai, Senac, Sebrae e outros); a contribuição sindical; e cortes no Orçamento federal de 2000.



Para Cândido, o governo é indiferente aos problemas dos agricultores brasileiros

## CRE examina tetos tarifários para alimentos importados

Projeto de lei que estabelece tetos tarifários provisórios sobre as importações de produtos agropecuários está na pauta da reunião que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza hoje, a partir das 17h30. O projeto prevê que os valores-limite sejam cobrados até que o Conselho do Agronegócio se pronuncie sobre os efeitos, para a economia agrícola brasileira, das alterações – decorrentes da Rodada do Milênio – no acordo agrícola firmado pelo Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). De autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), o projeto tramita em caráter terminativo.

A medida não atinge as importações realizadas no âmbito do Mercosul e os produtos destinados à regularidade do abastecimento interno. Em sua justificativa, Cândido diz que a iniciativa tem como objetivo salvaguardar os interesses da agricultura nacional. Segundo o senador, as recentes crises econômicas levaram à redução substancial da demanda agrícola num momento de expansão da oferta mundial, levando os países desenvolvidos a tomar medidas protecionistas e subvencionistas para garantir a renda dos seus produtores.

– Enquanto isso, o governo brasileiro, indiferente aos prejuízos dos agricultores do país, prosseguiu com a política de liberalização radical da economia agrícola nacional. Mesmo com a desvalorização cambial, não se observa o incremento das exportações agrícolas brasileiras, devido à redução da demanda internacional, resultante das dificuldades de acesso aos mercados dos países ricos – assinalou Cândido.

A CRE analisa ainda dois acordos internacionais. Um previne a corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais. O outro estabelece cooperação entre as academias diplomáticas do Peru e do Brasil.

## Malan, Dornelles e Waldeck também falarão sobre o tema

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, comparecerá ao Senado amanhã, às 10h, para explicar aos deputados e senadores que examinam a medida provisória do salário mínimo por que o governo não pôde reajustar o mínimo acima de R\$ 151. Ainda amanhã, às 17h, os parlamentares ouvirão o ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles.

A data e os horários foram acertados ontem, numa reunião informal do presidente da comissão mista, senador Iris Rezende (PMDB-GO), com o relator, deputado Armando Monteiro (PMDB-PE). Ficou acertado que o ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas, será ouvido na quinta-feira, às 16h.

O relator afirmou em entrevista

à imprensa que pretende apresentar seu parecer na segunda-feira, o que permitirá a votação da MP pelo Congresso antes do dia 22. Questionado sobre o relatório da comissão especial da Câmara que examinou o assunto, Armando Monteiro disse que as fontes de recursos sugeridas pelos deputados "precisam ser cheçadas para

ver se são viáveis".

– O fim da dedução de juros sobre o capital próprio é desejável? Não sei. É adequado usar dinheiro do Fundo de Combate à Pobreza? Se tirarmos dinheiro do "Sistema S", como serão treinados milhões de trabalhadores? Até segunda-feira, terei respostas para tais perguntas – disse Armando Monteiro.

## Comissão Mista de Orçamento analisa execução do PPA



Gilberto Mestrinho

Os integrantes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização se reúnem hoje, a partir das 18h, para discutir a execução do Plano Plurianual (PPA) no período de 1996 a 1998.

Consta ainda da pauta da comissão, que é presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a discussão do requerimento apresentado pelo deputado federal João Coser (PT-ES) pedindo a criação de subcomissão destinada a reformular o processo regimental que orienta a análise do processo orçamentário.

## Senadores ouvem no Rio depoimentos sobre vazamento de óleo na baía de Guanabara

A subcomissão encarregada de apurar a poluição ambiental no Rio de Janeiro e no Espírito Santo iniciou ontem, no Rio, as audiências públicas sobre o vazamento de óleo na baía de Guanabara.

Os senadores ouviram, pela manhã, os depoimentos do deputado estadual Carlos Dias, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro que estuda o assunto; dos secretários estadual e municipal do Meio Ambiente, respectivamente, André Correia e Maurício Lobo Abreu; da procuradora federal Gisele Elias Porto; e do representante do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias, Nilson Viana Horta.

Os membros da subcomissão, senadores Geraldo Lessa (PSDB-AL), Gerson Camata (PMDB-ES), Mauro Miranda (PMDB-GO), Arlindo Porto (PTB-MG) e Geraldo Cândido (PT-RJ), marcaram ainda audiência com representantes da Petrobras. A subcomissão é vinculada à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado Federal e foi criada a partir da aprovação de requerimento de autoria de Geraldo Lessa.

### EM VITÓRIA

Está prevista para hoje a visita dos senadores à Refinaria Duque de Caxias (Reduc), de onde se originou o vazamento na baía de Guanabara, e também às praias e mangues do estado que foram atingidos pelo acidente. Ainda hoje, a subcomissão segue para Vi-

tória (ES), onde irá verificar os danos ambientais causados no estado.

Entre os 16 depoimentos previstos para a audiência pública na capital capixaba estão o do prefeito Luís Paulo Vellozo Lucas; da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES); dos secretários estadual e municipal do Meio Ambiente, Almir Bressan Júnior e Jarbas Ribeiro de Assis Júnior; do diretor-presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), José Armando de Figueiredo Campos; do diretor da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Juarez Saliba de Avelar; e do diretor da Samarco Mineração S/A, José Tadeu de Moraes. Após essas audiências, os parlamentares retornarão a Brasília.





Mauro afirmou que as acusações sobre desvio de recursos do Fundef foram "precipitadas"

## Mauro repudia denúncias feitas contra município goiano

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) criticou denúncias feitas por órgãos de imprensa de Goiás, "de forma precipitada, sem os cuidados indispensáveis de apuração", segundo as quais a administração de Valparaíso, cidade do Entorno do Distrito Federal, teria feito uso indevido dos recursos do Fundef.

De acordo com o senador, a administração de Valparaíso foi apontada como suspeita de usar indevidamente os recursos do Fundef na área de educação e, logo após a denúncia, alguns órgãos de imprensa de Goiás, sob um clima de sensacionalismo, chegaram a ameaçar com a criação de uma CPI na Câmara dos Deputados. Formosa e Águas Lindas, outros municípios de Goiás, também estariam comprometidos com suposto desvio de recursos, conforme as notícias, segundo relatou o senador.

Mauro citou um documento formal apontando o equívoco da versão dos jornais, que o prefeito José Valdécio Pessoa obteve no Ministério da Educação, e um ofício assinado pelo diretor do Fundef, Ulysses Semeghini, assegurando que nenhum município goiano faz parte da relação de investigação por prática de irregularidades:

— Enquanto o prefeito lutava para desfazer os efeitos da desinformação, os boatos não paravam de circular, afirmando que os repasses do MEC seriam suspensos — disse Mauro.

Para o senador, trata-se de obscurantismo manipulado por interesses políticos inconfessáveis. Ele considera as denúncias uma grande injustiça para com a administração local, acrescentando que essa prática de "terror político" aumenta ainda mais a gravidade dos problemas diários a serem superados pela região.

# Ademir propõe controle social do Fundef

Proposta que será apreciada pela Comissão de Educação pretende exigir dos estados, dos municípios e do DF criação de conselho para fiscalizar melhor utilização das verbas

Tramita na Comissão de Educação projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que modifica a legislação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Uma das mudanças pretende exigir dos estados, Distrito Federal e municípios a constituição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social da repartição, transferência e aplicação dos recursos do fundo:

— É importante notar que quando se determina que incumbirá tam-

bém ao referido conselho a confecção de um relatório anual das suas atividades de acompanhamento e controle social de repartição, transferência e aplicação, além da supervisão do censo escolar, pretende-se ir além do primeiro passo de constituição do conselho, almeja-se o efetivo cumprimento das funções a ele atribuídas — justificou Ademir Andrade.



Ademir: objetivo é atingir o efetivo cumprimento do fundo educacional

Outra proposta incluída no projeto tem como objetivo evitar que continuem a existir distorções representadas pela não observância do valor mínimo nacional por aluno em todo o território nacional. Ele explicou que no modelo atual, os dados de arrecada-

ção e os de matrículas computados são de anos diferentes, possibilitando que a relação entre o valor de um aluno seja diferente entre os estados e os municípios.

Também faz parte do projeto a possibilidade da participação dos legislativos locais na composição do conselho. O objetivo, segundo Ademir, é dotar o Parlamento de maior eficácia para fiscalizar a legalidade e a legitimidade dos atos do Poder Executivo. A matéria terá decisão terminativa das comissões de Educação e de Assuntos Econômicos.

## Requião sugere que Congresso anistie multas eleitorais "arbitrárias" emitidas pelos TREs

O Congresso Nacional, disse ontem o senador Roberto Requião (PMDB-PR), deve se manifestar e "eliminar todas as punições resultantes do arbítrio" cometido pelos tribunais regionais eleitorais (TREs). Ele reconheceu que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem feito correções às decisões

estaduais, mas observou que o número de processos é tão grande que as correções acontecem quando não têm mais efeito algum, além de não atingirem "os



Roberto Requião defendeu a extinção da Justiça Eleitoral

absurdos cometidos anteriormente".

Condenado pelo TRE-PR a pagar multa no valor de R\$ 180 mil por conta de entrevista a uma rádio considerada pelo tribunal como propaganda política irregular, Requião disse ter entrado com recurso no TSE. Em acórdão, o ministro Eduardo

Ribeiro considerou que não configura propaganda eleitoral o fato de um político fazer críticas à ação administrativa do governo e apontar soluções, conforme documen-

to entregue pelo senador para constar dos Anais da Casa.

Requião afirmou que ganha R\$ 4.900 líquidos, "engordados com as convocações extraordinárias", de modo que o total de multas equivaleria a cerca de três anos de salários. A única solução para o problema, reiterou, é o Congresso anular semelhantes multas, estipuladas "pelo arbítrio".

O senador também defendeu a extinção da Justiça Eleitoral que, segundo informou, só existe no Brasil e na Finlândia. Na maioria dos países, disse, as eleições são organizadas por comissões eleitorais. Embora reconhecendo que o TSE funciona com isenção, Requião

disse que os juízes eleitorais de primeira instância, "que passam o ano inteiro sem fazer nada, consideram tudo como infração eleitoral, exorbitam suas competências e funcionam muitas vezes como partidos políticos, prejudicando determinados candidatos e agremiações em detrimento de outros".

Como outro exemplo de exorbitância, Requião leu *e-mail* a ele enviado por um radialista de Goiás, multado em 21 Ufirs por entrevista realizada com um vereador. Mais recentemente, continuou o senador, o TRE-PR determinou que ninguém mais poderia colocar *outdoors* na cidade.

## Moreira defende a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) defendeu a aprovação, sem emendas, do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. O projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados, encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos. Moreira Mendes criticou os que são contra a proposta, qualificando-os como forças "que defendem o atraso".

Para justificar a aprovação do texto original da Câmara, o senador disse que sucessivos déficits orçamentários vêm sendo repassados a administrações futuras. "É uma bola de neve, rolando ladeira abaixo." A Lei de Responsabilidade Fiscal daria, na opinião do parlamentar, um basta à má administração dos recursos públicos, uma vez que estabelece critérios que atri-



Para Moreira Mendes, os que são contra a proposta "defendem o atraso"

buem aos governantes a responsabilidade de gerir os gastos públicos de forma mais rigorosa e coerente com o objetivo de impedir o descontrole fiscal.

Moreira Mendes também fez re-

ferência ao projeto de lei que define os crimes de responsabilidade fiscal, atualmente tramitando na Câmara. As punições de até 4 anos de cadeia àqueles que desequilibrarem as contas públicas foram consideradas brandas pelo senador. "É muito pouco para quem lesa os cofres de sua própria nação."

O senador condenou os detentores de poder das administrações municipais que, preocupados com as eleições, fazem mau uso dos recursos públicos, reconhecendo a existência de exceções. Na opinião de Moreira Mendes, a aprovação do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal significaria um basta ao descontrole e a exposição dos maus administradores junto ao eleitorado.

### Aprovado requerimento de pesar por médico e escritor do Piauí

O Senado aprovou ontem requerimento de pesar pelo falecimento do médico psiquiatra, escritor e político do Piauí Clidenor de Freitas Santos, ocorrido no domingo passado. Serão enviadas condolências à família, devendo o voto de pesar ser incluído em ata.

De acordo com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), autor do requerimento, Clidenor foi um médico de renome, com grande cultura científica e humanística, além de homem íntegro e amigo fraterno. "Ele idealizou e dirigiu o Sanatório Meduna, em Teresina (PI), foi deputado federal e presidente da Academia Piauiense de Letras."

Clidenor publicou vários livros, entre eles *A Glória de Saraiva*, *Shakespeare, criador de símbolos*, *As bases psicológicas do nacionalismo e Ideologia e Circunstância*, lembrou Cabral.

# Tuma quer isentar do IR portador de doença do fígado

Apesar da falta de dados estatísticos, senador observa que a hepatite B constitui um dos maiores problemas de saúde pública na região amazônica e defende a inclusão dos doentes entre os que têm isenção do Imposto de Renda

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou projeto que inclui os portadores de doenças do fígado (hepatopatia) entre os isentos de pagamento do Imposto de Renda (IR). A proposta foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa. Caso aprovada, seguirá para apreciação na Câmara dos Deputados, a não ser que receba recurso de pelo menos nove senadores para apreciação em Plenário.

Na justificativa do projeto, Tuma argumenta que, apesar da falta de dados estatísticos precisos, a hepatite B constitui um dos maiores problemas de saúde pública na região amazônica. "Há alguns anos, o hemocentro do estado do Acre divulgou que os exames de triagem realizados entre os doadores de sangue revelavam que 40% estavam infectados pelo vírus da



Tuma: campanha de vacinação reduziria em 80% o número de pessoas que poderiam se infectar

hepatite B", disse.

Romeu Tuma acredita que uma campanha de vacinação em massa para o combate ao vírus da hepatite B reduziria em 80% o número de pessoas que poderiam se infectar. Segundo o senador, o custo da vacina é de aproximadamente US\$ 4, enquanto o paciente internado com cirrose hepática custa R\$ 10 mil por mês e o transplante de fígado oscila entre R\$ 80 mil e R\$ 120 mil.

Pela legislação em vigor, já são isentos do pagamento do IR os aposentados por acidente de trabalho, doenças profissionais, tuberculose ativa, cegueira, portadores de tumores malignos, paralisia irreversível ou incapacitante, doenças do coração e renais graves, mal de Parkinson, Aids, hanseníase, doenças mentais e vertebrais e inflamações deformantes do tecido ósseo (doença de Paget).

## ACM vai propor a Jader quebra de sigilo e exame de patrimônios de ambos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que pretende propor ao senador Jader Barbalho (PA), presidente do PMDB, a quebra do sigilo bancário de ambos e a criação de uma comissão especial, que teria como objetivo examinar seus patrimônios e a forma como foram construídos. Ele disse que fará um pronunciamento sobre o assunto até amanhã.

— Eu acho que nenhum presidente do Senado ou da Câmara pode ser questionado, sobretudo em sua honra, em sua dignidade — explicou o senador.

Antonio Carlos lembrou que, na última quarta-feira, o senador Jader Barbalho questionou "em alto e bom som" sua honestidade e seriedade, e, na sexta-feira, acusou-o, em nota, de ser corrotor da empresa OAS e sócio do ex-senador Gilberto Miranda. Ele disse que não tem o propósito, como presidente do Senado, de ficar polemizando, mas observou que os fatos pre-



ACM: "Nenhum presidente do Senado ou da Câmara pode ser questionado em sua honra"

cisam ser esclarecidos.

— Acho indispensável, para que eu tenha autoridade, que demonstre minha honestidade e que meus acusadores façam o mesmo — afirmou.

O presidente do Senado propôs que os partidos indiquem representantes para uma comissão especial, integrada por cinco parlamentares — um do PMDB, um do PFL, um do PSDB e dois do Bloco Oposição —

para investigar o assunto. Essa comissão analisaria as movimentações bancárias e patrimoniais de Antonio Carlos e Jader. Outra possibilidade admitida pelo presidente do Senado é submeter a questão ao Conselho de Ética da Casa.

— Quero provar mais uma vez que sou honrado, e quem me atacou deve fazer o mesmo, pois se apresenta ao Senado como líder de um partido e pretende a uma presidência — afirmou o senador.

Antonio Carlos entende que o presidente do PMDB também tem que abrir seu sigilo bancário e os seus bens, mostrando como foram adquiridos. Ele afirmou ainda que Jader precisa, "se conseguir fazer isso", desmentir mais de 250 notas de jornal "que levantam dúvidas sobre sua seriedade". Antonio Carlos disse ter essas notas em seu poder.

O presidente do Senado acrescentou que se sente obrigado a dar esses esclarecimentos e mostrar o contrário das afirmações feitas por Jader sobre ele. "Talvez ele tenha mais ligações com a OAS do que eu", observou.

## Líder do PMDB afirma que seu objetivo é questionar "incoerência"

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), divulgou ontem nota à imprensa em que afirma ter tentado estabelecer um debate à altura do Senado com o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, que, a seu ver, conduziu essa tentativa para o campo pessoal.

Jader disse que seu objetivo foi questionar o presidente do Senado sobre a contradição entre sua campanha por um reajuste maior do salário mínimo e a postura do ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, que defendeu o valor de R\$ 151, previsto em medida provisória editada pelo governo. "Apenas proclamei e busquei resposta à incoerência", disse o líder peemedebista.

O senador afirmou também ter buscado, nesse debate, estabelecer o princípio do contraditório, próprio da democracia e do debate



Jader vê contradição entre a campanha por um salário mais elevado e a postura do ministro da Previdência

parlamentar. "Entretanto, Antonio Carlos, como de costume, na ausência de argumentos, diversionista como sempre, tenta agredir, conduzindo para o campo pessoal. A opinião pública já conhece seus métodos e sua tradicional truculência", afirmou Jader Barbalho na nota.

## Presidente do Senado destaca gestão de Pádua Ribeiro no STJ

Em nome do Senado Federal, o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, prestou ontem homenagem ao ministro Antônio de Pádua Ribeiro, que deixou a presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O senador manifestou seu respeito pela forma "serena e transparente" com que o ministro conduziu o tribunal, fazendo sempre prevalecer o interesse

público e a garantia de uma melhor qualidade e rapidez na prestação dos serviços judiciais.

— Num período sensível, em que se desenvolveram as atividades da CPI do Poder Judiciário e em que se reiniciaram os trabalhos parlamentares da reforma do Poder Judiciário, o ministro manteve com o Congresso Nacional uma convivência cordial e constante — destacou.

Antonio Carlos lembrou que Pádua Ribeiro resolveu, "até com a incompreensão de colegas", problemas surgidos entre o Judiciário e o Legislativo, "dando ganho de causa ao Legislativo e demonstrando, assim, seu espírito superior".

O presidente do Senado disse que da convivência cordial do Congresso com o STJ resultou a aprovação da Lei 9.788, que criou

novas varas na Justiça Federal, possibilitando o descongestionamento da primeira instância, e também a rápida tramitação do projeto de lei que aumenta o número de juízes dos tribunais regionais federais. O senador apontou ainda, como resultados positivos dessa convivência, a apresentação de emendas à proposta de Orçamento da União destinadas à modernização do sistema integrado de in-

formação e a escolha das duas primeiras mulheres para o STJ, Eliana Calmon e Nancy Andrighi.

Antonio Carlos afirmou esperar do ministro que está assumindo a presidência do STJ, Paulo Roberto da Costa Leite, a manutenção do relacionamento cordial com o Congresso, e manifestou seu desejo de que Costa Leite "siga a trajetória brilhante do seu antecessor".

## Bornhausen e Lobão discutem o Código do Contribuinte

Os senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Edison Lobão (PFL-MA) são os convidados do programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 6h e às 13h30. O tema do programa é o projeto de autoria de Bornhausen que institui o Código de Defesa do Contribuinte, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto, explicou Bornhausen, re-

gulamenta o capítulo da Constituição que se refere às limitações do poder de tributar e procura fortalecer os direitos fundamentais do contribuinte e a busca da justiça fiscal. O código, na sua avaliação, deverá estabelecer uma relação de igualdade entre o cidadão-contribuinte e o fisco.

Lobão entende que o código é dirigido especialmente ao pequeno contribuinte, que não tem os recursos necessários para se defender.

## José Jorge defende R\$ 177 para o salário mínimo

A TV Senado apresenta hoje, às 9h30, entrevista com o senador José Jorge (PFL-PE) sobre a medida provisória que fixou em R\$ 151 o valor do novo salário mínimo.

José Jorge observa que a Comissão Especial do Salário Mínimo ouviu a sociedade organizada e aprovou relatório que afirma ser possível fixar o salário mínimo unificado nacionalmente em R\$ 177.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO HOJE

6h – *Cidadania*: Senadores Edison Lobão e Jorge Bornhausen falam sobre o Código de Defesa do Contribuinte  
6h55 – *Senado em Pauta*  
7h – Seminário “Águas 2000”  
8h25 – *Senado em Pauta*  
8h30 – *TV Escola* – Deficiência mental 1: Ameaça ou oportunidade  
8h55 – *Senado em Pauta*  
9h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe  
9h30 – *Entrevista*: Senador José Jorge fala sobre salário mínimo  
8h55 – *Senado em Pauta*  
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)  
Logo após – Comissão de Educação  
13h30 – *Cidadania*: Senadores Edison Lobão e Jorge Bornhausen falam sobre o Código de Defesa do Contribuinte  
14h30 – Sessão Plenária (vivo)  
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)  
21h – *Jornal do Senado*

21h30 – Comissão de Relações Exteriores (gravado)  
Logo após – Comissão do Salário Mínimo (gravado)  
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e informação  
10h – Comissão de Assuntos Econômicos  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e informação

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Fogaça aponta justiça social na estabilidade

Senador teme fracasso de propostas de criação de programas contra a pobreza e de elevação substancial do salário mínimo

As propostas de aumento substancial do salário mínimo e de programas sociais de erradicação da pobreza com recursos orçamentários estarão fadadas ao fracasso se ignorarem os efeitos sociais da estabilização da economia, previu ontem o senador José Fogaça (PMDB-RS). Na opinião do senador, o debate político costuma ignorar o expressivo conteúdo social da estabilidade da moeda.

– A manutenção da estabilidade é a proposta mais socialmente justa que se pode defender – afirmou.

Ele citou pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), objeto de matéria do *Jornal de Brasília* de ontem, segundo a qual houve dois momentos em que se observou “notável melhora das condições materiais de vida da população de baixa renda”: os planos Cruzado e Real.

O Plano Cruzado, promovido em 1986 pelo governo José Sarney, implicou melhoria de condições de vida para 12 a 13 milhões das pessoas mais pobres do país, afirmou. Já com a estabilidade da moeda assegurada pelo



Fogaça cita pesquisa do Ipea que indica efeitos dos planos Cruzado e Real na redução da pobreza

Plano Real desde 1994, observou o senador, o total de 59 milhões de pessoas em estado de pobreza absoluta foi reduzido para 51 milhões.

– Nenhum programa social organizado a partir de recursos orçamentários consegue atingir em tão pouco tempo efeitos tão notórios e expressivos como os alcançados com a estabilização da moeda – insistiu o senador. Fogaça reconheceu que as discussões em torno do aumento do mínimo e dos programas de erradicação da pobreza no país são “de grande expressão e im-

portância política”, mas “toda iniciativa que não respeite a estabilidade da moeda é falsa, mentirosa e parte de um princípio absolutamente errado”.

Em aparte, Ademir Andrade (PSB-PA) considerou que Fogaça “não aponta caminhos” e parece temer que o salário mínimo e os programas contra a pobreza que estão sendo discutidos possam prejudicar a estabilidade. A seu ver, a opinião de Fogaça é a posição do governo e não há por que “acreditar no que o Executivo está dizendo”.

Fogaça, por sua vez, replicou que a defesa do salário mínimo nacional unificado implica um nivelamento por baixo. Nesse sentido, R\$ 151 é o valor que “a prefeitura mais pobre, do estado mais pobre, situado na região mais pobre do país”, tem condições de pagar sem jogar seus funcionários no desemprego. Em São Paulo, como Mário Covas já teria declarado, o salário mínimo pode ser de R\$ 450.

– Esta é a realidade do salário de R\$ 151: o país atrasado impõe-se ao país desenvolvido – afirmou.

## Osmar Dias pede aprovação do projeto que impede cortes nos repasses do FPM

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) fez apelo às lideranças partidárias do Senado e da Câmara dos Deputados pela aprovação de projeto de sua autoria que impede a redução dos coeficientes dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

às cidades mais pobres que perderam população ao longo dos últimos anos. “Sem os recursos do fundo, esses municípios não poderão sobreviver”, advertiu.

O projeto estende para dez anos o prazo para esses municípios se adaptarem ao novo cálculo de rateio do FPM e à Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando perdas que, segundo o senador, terão “impacto considerável nas receitas”.

Se o projeto, que está tramitando na Câmara, não for aprovado, ressaltou Osmar Dias, cerca de 178 mu-



Osmar quer prazo maior para que municípios se adaptem às regras

nicipios em seu estado e um total de 1.755 em todo o país, que perderam população, “estarão prejudicados”.

– Faço um apelo ao líder do governo no Senado e a todos os demais líderes, porque é importante para o governo manter esses municípios funcionando, e não há como mantê-los se essa lei não for aprovada – frisou o senador.

No mesmo pronunciamento, Osmar Dias também solicitou ao governo que crie um dispositivo posterior à promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que mantenha o Fundo de Aval – outro projeto de sua autoria – para os municípios continuarem a contratar operações de crédito. De acordo com o senador, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal entrar vigor, o fundo estará revogado.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que, se o projeto que impede a redução dos repasses do FPM aos municípios que perderam população não for aprovado, mais de 80% dos municípios do Tocantins serão atingidos.

Osmar Dias pediu ainda ao líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que intervenha junto ao ministro da Educação, Paulo Renato, no sentido de não desativar as instalações da escola agro-técnica do município paranaense de Guaruva. Construídas pelo MEC, as instalações, que estavam abandonadas desde 1991, estão sendo usadas pelo município.

O senador explicou que o prefeito da cidade, Vitor Hugo, aproveitou as estruturas da escola e criou um centro de desenvolvimento, com cursos de agronomia e veterinária. Mas, recentemente, recebeu carta do ministério advertindo-o de que as instalações estão tendo suas funções “desviadas”.

## Universidades estão sendo fortalecidas, diz Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) saudou ontem as medidas adotadas pelo governo para fortalecer as universidades federais, em especial a criação de seis mil novos cargos de professores, mediante concurso público, e investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão para pesquisas científicas e tecnológicas.

— Os reitores das universidades federais informaram ao presidente Fernando Henrique Cardoso a criação de 11.027 novas vagas nas 52 instituições de ensino, no corrente ano. Esse número, somado com as 10.007 vagas criadas em 1999, eleva o total de alunos a 110 mil. O aumento progressivo do número de alunos faz parte de uma promessa dos reitores de atingir, até 2002, a média de 15 alunos por professor, um padrão internacional — disse.

As universidades federais estão fazendo um esforço enorme para aumentar seu corpo discente e responder às críticas de que sua relação professor/aluno é muito baixa, avaliou Alcântara. “A resposta do governo, abrindo novos postos de professores, vem atender reivindicações de reposição do grande número de professores que se aposentou em função das reformas atabalhoadas que foram fei-



Para Lúcio Alcântara, o “provão” mostrou que o melhor ensino está nas universidades federais

tas, gerando pânico no setor”, argumentou.

O senador considerou positiva a iniciativa do governo de abrir um diálogo com as universidades federais. “Definir as bases para sua autonomia e instituir fontes de custeio que possam garanti-la deverão ser os próximos passos. O ‘provão’ (exame de avaliação dos cursos), criado pelo ministro Paulo Renato, provou estar nas universidades federais, e não nas instituições privadas, o melhor ensino. Ele representa um termômetro eficiente para medir a qualidade das instituições, por isso o governo deve apoiar a luta das federais por mais alunos”, concluiu Alcântara.

## Quintanilha destaca plano de eletrificação rural no Tocantins

O lançamento do Programa de Eletrificação Rural do Tocantins (Pertins) foi saudado ontem pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). Considerado pelo parlamentar como um dos programas mais importantes do governo Siqueira Campos, o Pertins vai beneficiar inicialmente 16 municípios, estendendo-se depois para todo o estado.

A primeira rede foi inaugurada no dia 25 de março em Araguaçu, no sul do Tocantins, e beneficiará 149 fazendas, ao custo de R\$ 1,2 milhão. Na sexta-feira, nova etapa foi entregue em Araguaína, região norte, ao custo de R\$ 3,2 milhões, sendo R\$ 960 mil aportados pelos produtores e R\$ 2,2 milhões pelo governo estadual. Ao todo, está prevista



Leomar Quintanilha prevê grande impacto da eletrificação na área rural

a instalação de 464 quilômetros de rede.

— O programa terá grande impacto, levando o desenvolvimento a populações que ainda se ressentem da falta de facilidades como a luz elétrica e os eletrodomésticos — disse Quintanilha.

O senador lembrou que os agricultores e pecuaristas usarão a energia elétrica também para acionar máquinas e equipamentos necessários ao aumento da eficiência e da produtividade nos negócios.

Quintanilha mencionou ainda outros grandes projetos do Tocantins, como a construção, melhoria e asfaltamento de rodovias e a construção da usina hidrelétrica do Lageado, batizada com o nome de Luís Eduardo Magalhães, em homenagem ao falecido deputado.

# Arruda recebe título de cidadão honorário do Rio

Parlamentar salienta “relação muito positiva” que o Senado vem mantendo com os diferentes governos do estado

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) recebeu na sexta-feira, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, o título de cidadão honorário do estado. Arruda ressaltou que o Senado vem mantendo uma relação muito positiva com os diferentes governos que têm administrado o Rio de Janeiro.

— No Senado tivemos a responsabilidade de encaminhar não só a renegociação da dívida do estado do Rio de Janeiro, como, antes disso, a necessária autorização da Casa para a privatização do Banerj e também para as decisões que asseguraram os direitos dos seus ex e atuais servidores — exemplificou.

Sobre a renegociação da dívida do Rio, o senador disse que o Banco Central elaborou parecer inovador sobre o assunto, concluindo que, apesar de o estado não dispor, naquele momento, das condições ideais para a renegociação, as perspectivas para os anos seguintes eram favoráveis. Por este motivo, segundo o senador, o Rio de Janeiro pôde ajustar suas contas.

Arruda destacou a presença do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) na solenidade na qual ele recebeu o título. Também agradeceu ao deputado estadual Paulo Melo (PSDB-RJ), autor do requerimento que resultou na aprovação unânime da homenagem.



José Roberto Arruda lembra trabalho do Senado na renegociação da dívida do Rio

## Governo do Maranhão investe em turismo, informa Edison Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou ontem o 9º Encontro da Bolsa Nacional de Turismo 2000, promovido pela Comissão de Turismo Integrado do Nordeste e pelo governo do Maranhão, e realizado em São Luís, com o apoio da governadora Roseana Sarney. O parlamentar disse que o evento reuniu vendedores e compradores de pacotes turísticos e “marcou um grande tento” da governadora.

— Recepcionando com fidelidade e bom gosto as inúmeras representações nacionais e internacionais que se apresentaram em São Luís, a governadora teve a rara oportunidade de demonstrar as excepcionais condições que o estado oferece ao turismo receptivo — afirmou Lobão.

Em sua opinião, o que tornou mais relevante esse encontro foi a divulgação do Plano Integrado do Turismo no Maranhão, que está sendo implementado pela administração Roseana Sarney. O parlamentar se disse feliz com as iniciativas tomadas nesse setor, observando que elas



Edison Lobão elogia a realização, em São Luís, do 9º Encontro da Bolsa Nacional de Turismo 2000

o governo para o seu sucessor, em 1994, deixou assinado convênio com o BID, no valor de US\$ 400 milhões, com o objetivo de criar a infra-estrutura adequada para o incremento do turismo receptivo no Maranhão. Ele pediu que fosse registrado nos Anais o discurso pronunciado pela governadora do Maranhão durante o Encontro da Bolsa Nacional de Turismo. Também informou que a governadora já assinou decreto fixando o salário mínimo do estado em US\$ 100, em vigor desde o dia 1º deste mês.

dão continuidade aos grandes esforços que realizou, no período em que governou o Maranhão, no sentido de desenvolver o turismo.

Lobão lembrou que, quando governador, nomeou secretário de Turismo Fernando Cesar Mesquita, hoje diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, com quem foi possível realizar obras da maior importância, como a avenida litorânea e a reconstrução do Teatro Artur Azevedo.

O senador disse que, ao passar

Os senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), Bello Parga (PFL-MA), Ramez Tebet (PMDB-MS) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) apartearam Lobão para dizer que o turismo é a indústria que mais cresce no mundo e que, finalmente, começa a ser visto no Brasil como atividade econômica capaz de gerar empregos. Eles ressaltaram o extraordinário potencial que o Brasil tem para atrair turistas e pregaram a necessidade de mais empenho no fortalecimento dessa atividade.